



# Anais da Assembléia

N.º 31

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1983

(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Gabriel Manoel.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Ervin Bonkoski, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Tuguio Setogutte (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Ivan Gubert, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião (22), e em licença, Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Ofício n.º 01/83

Curitiba, 15 de abril de 1983.

Senhor Presidente.

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que nos termos do Artigo 40, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, foram convocados os Srs. Deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça, para reunião de instalação a ser realizada no dia 19/04/83, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões.

Sem outro particular, aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de consideração e apreço.

(a) ANIBAL KHURY

CONVOCAÇÃO

Nos termos do Artigo 40, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, CONVOCO os Srs. Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça, para uma reunião a ser realizada no dia 19/04/83, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, com o fim específico de sua instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.

(a) Deputado ANIBAL KHURY

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO  
DJALMA DE ALMEIDA CESAR

GABRIEL SAMPAIO  
GILBERTO CARVALHO

EDMAR LUIZ COSTA

CAÍTO QUINTANA

ERVIN BONKOSKI

HERMAS BRANDÃO

JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO

EZEQUIAS LOSSO

AUGUSTO CARNEIRO

IVAN GUBERT

Indicação:

INDICAÇÃO

Na qualidade de Líder em exercício do PMDB, indico os Srs. Deputados

ROBERTO REQUIÃO

ANIBAL KHURY e

PAULO FURIATTI,

para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito das Demissões, requerida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado, jornalista, cronista esportivo, cantor e compositor, DIRCEU GRAESER.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Amigo de seus amigos, figura querida da crônica esportiva e dos apreciadores da música popular, na qual se destacou com composições e interpretações de rara beleza, faleceu ontem, nesta Capital, uma das figuras mais estimadas da imprensa, do rádio e da televisão paranaense, Dirceu Graeser.

Pai extremoso, marido dedicado e profissional da mais alta competência e respeitabilidade, deixa uma lacuna que dificilmente será preenchida nos meios em que conviveu.

Por estes mesmos motivos, o Deputado que este subscreve, prestando uma última homenagem ao seu antigo companheiro e amigo, propõe este voto de pesar para o qual conta com o indispensável apoio dos Srs. Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do jornalista DIRCEU GRAESER.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Dirceu Graeser, figura querida dos meios esportivos, radiofônicos e culturais de nosso Estado, faleceu prematuramente, na data de ontem, depois de uma vida dedicada ao esporte, à cultura, à sua família e a seus amigos.

Advogado, figura querida na imprensa escrita e falada de Curitiba, sempre ligado ao esporte e à música popular, desde menino Dirceu destacou-se como um dos mais brilhantes membros da crônica esportiva, onde, através de comentários ponde-

rados e inteligentes, granjeou grande número de admiradores. Fez escola dentro do rádio e da televisão paranaenses. Seus amigos, colegas e admiradores o acompanharam toda a vida, desde os seus primeiros passos no rádio e desde o tempo em que no Canal 6, dava ao programa Ponto 6.

Foi figura de destaque, batendo recordes de audiência e em seus programas na Rádio Clube Paranaense, Rádio Cruzeiro e na Rádio Cultura, onde permaneceu desde 1978 até a sua morte.

Na vida social, por muito tempo, foi o responsável pelo período mais brilhante e ativo do Departamento Social do Coritiba Football Club, que durante a sua gestão apresentou promoções de rara grandeza.

Sua mulher Maria de Lourdes, e suas filhas Katia e Gracie, levarão, por certo, para sempre a lembrança da figura do pai querido e amigo dedicado.

O passamento de Dirceu Graeser, carinhosamente chamado por seus amigos de "Magrão", sem dúvida enluta o Estado do Paraná, e assim sendo, este Deputado, pesaroso por tal acontecimento, conta com o apoio desta Casa para esta homenagem que lhe é prestada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER na forma regimental, e após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da grande figura DIRCEU GRAESER, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do extinto.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, e após ouvido o Plenário, que seja inserido nos trabalhos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LAURO CORDEIRO, ocorrido no dia 14/04, nesta Capital, de família tradicional do Bairro da Água Verde.

Requer outrossim, que do presente, seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido ontem, no Município de Rancho Alegre, do Sr. JOÃO MOREIRA.

Outrossim, requer ainda, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, Sra. Iracema Ferracin Moreira e cinco filhos, residentes em Rancho Alegre - Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de louvor ao Desembargador paranaense, JORGE ANDRIGUETTO, por receber, em data de hoje, a "Cruz do Mérito Judiciário", na Capital do Estado de São Paulo.

Requer outrossim, seja encaminhado expediente, dando ciência da decisão do Plenário ao Desembargador Jorge Andri-

guetto e à referida Associação.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

O Desembargador Jorge Andriguetto, figura das mais expressivas em nossos meios jurídicos, se faz merecedor com inteira justiça, da Comenda referenciada, tendo em vista a sua brilhante gestão frente à Presidência da Associação dos Magistrados do Paraná, biênio 81/82, quando foi intransigente defensor dos justos reclamos e anseios desta magna classe.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando seus ofícios no sentido de se instalar um telefone no Posto da Polícia Rodoviária de Ubatuba.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Posto Policial Rodoviário, localizado na Rodovia 369, necessita urgentemente de um telefone, haja vista a grande movimentação daquela rodovia e o grande número de chamados que tem aquela polícia, a fim de poder atender, não só os veículos que transitam pela BR-369, mas também os municípios que necessitam daquele posto policial.

A insegurança, atualmente, nas estradas do País e também nas dos Estados e a essa regra não foge o Paraná, nos obriga a fazer a presente solicitação, para maior tranquilidade dos usuários da mesma estrada e da população de Ubatuba.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Erasmo Garanhão, MD. Secretário de Estado das Finanças, pedido de informações, solicitando resposta aos seguintes quesitos:

1. Quanto foi gasto na reforma da residência localizada no Bairro Batel, onde foi instalada, em 1982, uma Agência do Banco do Estado do Paraná S/A?

2. A referida residência foi adquirida pelo estabelecimento bancário ou pertence a terceiros?

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado aos Ministros do Planejamento e aos da área econômica, solicitando-lhes que, em nome das graves dificuldades financeiras pelas quais vem passando a maioria dos municípios brasileiros, concedam vantagens de ordem fiscal às prefeituras que pretendem renovar ou que necessitam de ampliar sua frota de veículos, desde que movidos à álcool.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

#### JUSTIFICATIVA:

Via de regra, os veículos públicos, principalmente nos pequenos municípios, encontram-se arruinados ou em lamentável estado de conservação. Este quadro, somado ao estágio de insolvência em que se encontram muitos municípios brasi-

leiros, traz consigo a perspectiva de contínua decadência, situação que compromete até mesmo a realização de tarefas mínimas para o bem-estar das comunidades urbanas. Ora, num momento em que o álcool é vislumbrado como alternativa de economia (?) em se tratando de combustível, necessário se faz incrementar seu uso nos veículos das Prefeituras Municipais, pois, que a hora é de absoluta contenção de despesas. E é em função da notória impossibilidade em que se encontram os Executivos Municipais no que se refere à aquisição de veículos pelas tabelas oficiais de revenda, que se justificam os privilégios, objeto do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado às autoridades federais da Área Econômica a nível de Ministério da República, para que instituam amplo e substancial programa de apoio financeiro aos municípios do Paraná, especialmente àqueles que, abandonados ao próprio destino, não mais se encontram em condições de reerguimento do caos financeiro em que se debatem.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

São frequentes os casos de municípios paranaenses em que, ao lado de formidáveis dívidas, agiganta-se a crise social representada por absoluta impossibilidade, durante meses a fio, em termos de até mesmo serem cumpridas as obrigações de remuneração ao funcionalismo público municipal. Asfixiados por dívidas históricas, empenhos de ICM, "leasing" e um sem número de outras antecipações econômicas que lhes bloquearam a solidez, os municípios insolventes constituem hoje expressiva realidade no cenário paranaense. É por isso que, enquanto se pregam teses maiores de revitalização municipal, através do combate ao latifúndio e o estímulo à policultura, indispensável se faz surgir uma fórmula de socorro ao municipalismo insolvente, através de programas especiais de apoio econômico e, particularmente, pelo aproveitamento de recursos a FUNDO PERDIDO oriundos da esfera Federal.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, solicitando que o mesmo estabeleça normas, para que o município seja ouvido quando da avaliação de imóveis para efeito do cálculo da CISA.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O município tem particular interesse no cálculo das avaliações de imóveis quando do lançamento da CISA. No entanto, os mesmos não são ouvidos quando dessas avaliações, sendo que a mesma é feita exclusivamente pela receita do Estado através de seus coletores estaduais.

Sendo assim, solicitamos que o município seja ouvido, e que essa Secretaria faça baixar normas para que isso ocorra.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Sanepar, solicitando que o mesmo envie es-

forços no sentido de ser ampliada a rede de água, em diversos setores do Município de Ubatã.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubatã tem hoje um grande desenvolvimento econômico dada que a sua agricultura é próspera e tem trazido muitas divisas não só ao município, mas também ao Estado e ao País.

Mas, como a maioria dos municípios é carente quanto a sua rede de água, daí a presente solicitação para que se amplie a rede em tela, mas que a mesma seja feita sem ônus à população, pois, a mesma é constituída, em sua grande maioria, de pessoas humildes que trabalham na lavoura contribuindo decisivamente para o engrandecimento de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura e Presidente da Copasa, solicitando a construção de armazém do referido órgão, na Cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Barbosa Ferraz é um dos maiores produtores de cereais e soja da região norte paranaense e tem tido grande dificuldade no armazenamento dos produtos quando de suas safras, pois, o armazém, atualmente da Copasa, é de plástico e não comporta um armazenamento que atenda à necessidade daquele município e região.

Sendo assim, solicitamos que os estudos sejam feitos dentro da brevidade necessária e se solucione definitivamente esse problema que preocupa os agricultores de tão importante comuna paranaense.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, DD. Secretário de Estado do Planejamento, solicitando as informações abaixo especificadas, referentes a verbas destinadas ao Município de Corbélia, através da extinta Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios.

- a) Qual o valor encaminhado para o município, no ano de 1982;
- b) A que obras ou para que fim deveria ser destinada a importância.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo informações do Prefeito Municipal de Corbélia, o município deveria ter recebido no ano passado, a importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros). No entanto, aquela Prefeitura recebeu apenas Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Sendo assim, solicitamos que essa Secretaria atenda nosso pedido, para que aquela Prefeitura Municipal tome ciência do solicitado.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, Dr. Nilton Friedrich, para que determine a Copel estudos técnicos, para apurar as causas das enchentes do Rio Paraná.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

As enchentes do Rio Paraná, causaram vários problemas junto à população de Ilhéus e Ribeirinhos, deixando todos em total desabrigo, passando por necessidades diversas, pois, os desabrigados, hoje, vivem em barracões, escolas, igrejas, sem higiene; as crianças com diversos problemas de saúde, sem segurança, inclusive gerando atritos entre os alojados, com falta de alimentação ficando cada vez mais dependentes da comunidade e órgãos sociais. Já existe grande número de flagelados que retornaram aos seus lugares de origem encontrando suas propriedades encobertas pela areia ou lodo. A Prefeitura Municipal de Guaíra promete prestar assistência aos flagelados, mas essas promessas, segundo os flagelados, são precaríssimas e a única solução imediata será cuidar da saúde e segurança daqueles irmãos nossos.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUEREMOS, com base no Regimento Interno, o adiamento da discussão, por 20 sessões, para o Projeto de Resolução nº 02/82, constante da Ordem do Dia, de hoje.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1983.

(aa) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO e  
NILSO SQUAREZI.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda durante a semana, falávamos desta tribuna, sobre a necessidade urgente de, através do Banco do Estado do Paraná, se instituir um programa especial de apoio aos municípios paranaenses que se encontram de fato, em situação de real insolvência.

Pretendemos ainda, e a razão de ser do nosso requerimento é buscar, alcançar, predominantemente, junto à esfera federal, recursos a fundo perdido, para que possam ser destinados aos municípios, principalmente àqueles que, abandonados ao próprio destino, não mais conseguem reerguer-se do caos financeiro em que se debatem.

Além desta proposta, nós queremos ainda, desta tribuna, enfatizar a necessidade de se criar estímulo em termos de recuperação, em termos de ampliação e aquisição de novos veículos para as Prefeituras, isenção de ICM e IPI, a exemplo do que se prodigalizou aos motoristas de táxi. Deve representar também, estímulos, para que as nossas Prefeituras, com os seus cofres arrebentados, para que, no estado de absoluta falta de condições, elas possam, mesmo porque, o quadro de veículos municipais é, via de regra, um quadro de veículos arruinados ou pelo menos em lamentável estado de conservação. As Prefeituras não conseguem renovar os seus parques motorizados. Se falamos em economia, vamos então levantar a bandeira ou estimulá-la, a nível de incrementação, para que os veículos públicos dos municípios venham a ser, venham a adotar, como combustível, o álcool, e que, as Prefeituras venham a ser contempladas pelo menos com o estímulo através da isenção daqueles atributos de ordem fiscal, que hoje acabam sempre, quase que

impossibilitando nova reestruturação, nova recomposição dos parques motorizados, de nossas Prefeituras.

Srs. Deputados, neste instante em que apelamos para a esfera federal, nós apelamos exatamente a uma estrutura que, por tanto tempo, que por anos a fio tem se conduzido de uma maneira precária em termos de solução daquilo que é nosso; embora tarde, deve-se, em todos os cantos do País, lamentar a estrutura do capitalismo selvagem, filosofia pela qual se norteou a chamada Revolução de Março de 64. Segundo esta filosofia, a economia brasileira parece que teria de seguir a lei das selvas, segundo a qual, aos grandes representantes do reino vegetal, mas há também a relva, segundo a qual, há a criança que nasce robusta, e há a criança que nasce aleijada, e que, no plano econômico há que haver também aqueles que tudo podem, e aqueles que nada possuem, tais quais párias perpetuados, propondo-se a seguir um modelo selvagem, que não se justifica, de forma alguma, pela simples razão de que somos seres humanos portadores de intensa racionalidade.

Esta estrutura do “tudo aos fortes”, do “nada aos párias”, fez com que o nosso Brasil, de população jovem, a nossa terra tão grande, nas mãos de tão poucas pessoas, viesse a ser dilacerada pela lamentável moléstia “Latifúndio e Monocultura”, ensimesmados e tendo, à sua frente, a lei mais obscura, superada, antiquada, do capitalismo selvagem de que se reveste como doutrina, as manifestações oriundas da direita e da extrema direita como doutrinas, lamentáveis, no hemisfério ocidental.

É por isto, Srs. Deputados, que, ao mesmo tempo em que jamais haveremos de deixar de debitar à estrutura nefasta do capitalismo selvagem, à grande e maior parcela das graves dificuldades pelas quais passa a maioria dos municípios da nossa terra. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, o Sr. Deputado Ervin Bonkoski, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná hoje está de luto. Nós que militamos na comunicação social há mais de 25 anos, onde encontramos grandes colegas e grandes companheiros, encontramos também há muitos anos atrás um companheiro cheio de entusiasmo, idealista, sempre procurando fazer o bem, sempre desenvolvendo a sua atividade profissional com a mais alta responsabilidade, sempre estando presente nos grandes acontecimentos, enfim, um companheiro que, militando na comunicação social, angariou os seus amigos da imprensa, do rádio, da televisão, das gravadoras o mais alto respeito, a mais alta consideração.

Faleceu ontem como já deve ser do conhecimento do Sr. Presidente, dos Srs. Deputados, o jornalista, radialista e cantor Dirceu Graeser. Ainda prematuro, nos seus 43 anos, deixa este convívio para ir naquele convívio celeste, para uma eternidade feliz, temos certeza. Nós estamos chocados com este acontecimento, mas, ao mesmo tempo, estamos felizes porque a sua passagem aqui na terra, através das suas atividades inúmeras, principalmente junto aos veículos de comunicação social, deixa um exemplo marcante para todos aqueles que o acompanharam, que estavam ao seu lado, e também deixa um exemplo na história da comunicação social do Paraná, principalmente para aqueles que virão. Como homem de televisão, Dirceu Graeser tinha, há 5 anos, um programa da mais alta audiência, o “Viva o Futebol” e ali ele angariou, através do vídeo daquele canal de televisão, a simpatia de um povo, a simpatia e o carinho de muitos desportistas.

Também trabalhou conosco na Rádio Colombo do Paraná, há muitos anos e vinha trabalhando, há muitos anos, em uma de nossas emissoras, a Rádio Cultura do Paraná, fazendo o mesmo programa “Viva o Futebol”.

Por isso, Sr. Presidente, meus nobres Deputados, ao re-

gistrarmos esse fato, apresentamos juntamente com o Deputado Nestor Baptista, militante da comunicação social, o nosso requerimento pedindo envio de pesar a seus familiares, à sua esposa Dona Maria de Lourdes e também às suas queridas filhinhas, Kátia e Gracie.

Nós, ao deixarmos registrado nesta data, neste plenário, este acontecimento, também ficamos envolvidos pelo fato de perdemos um grande companheiro, envolvidos num pesar profundo, mas pela nossa fé cristã iremos, através das nossas preces, pedir pelo descanso eterno de Dirceu Graeser.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Celebrando hoje, o Dia Nacional da Conservação do Solo, ao ocupar a tribuna desta Casa, colho o ensejo para fazer um apelo patético ao Governo e a toda classe política deste País, em favor do maior patrimônio nacional — o solo.

Esta é uma questão séria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e não podemos assistir passíveis os crimes que são cometidos no setor.

A falta de um código específico de conservação do solo, proposta que vem sendo sugerida há anos pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, tem levado ao empobrecimento o solo da nossa terra, carcomido pela erosão e pelo seu mau uso.

Sou um homem do interior, da roça, comprometido com os interesses do lavrador, laboriosa classe à qual tenho procurado servir ao longo de 20 anos, como técnico em Agricultura, acompanhando seus passos mormente na região Oeste deste Estado.

O Oeste do Paraná, outrora e até bem pouco tempo uma região agreste, rapidamente se transformou no maior berço da produção agrícola deste Estado.

Mas, a produtividade agrícola nesta região e em todas as outras regiões vem caindo assustadoramente, ano após ano, em virtude da perda de sua fertilidade arrastada e assoreando rios e mananciais.

Estamos assistindo perplexos, o crônico problema que não chega a sensibilizar os homens do Governo que têm o dever pátrio de viverem ou de ouvirem o clamor da laboriosa classe dos Engenheiros Agrônomos nesta Casa, representada pelos digníssimos Deputados Wilson Fortes, Paulo Cesar Furiatti e Sabino Campos, que se têm pronunciado a respeito do momentoso assunto, cobrando e exigindo ação concreta em favor da conservação do nosso solo.

É preciso e urgente se torna, a formulação de um código nacional de conservação do solo, ajustado e exequível, capaz de socorrer o nosso lavrador, o homem do campo que não pode ser responsabilizado pelas causas que vêm debilitando a fertilidade do solo paranaense e brasileiro, o melhor gerador de riquezas, único fator capaz de criar as divisas necessárias do equilíbrio econômico deste País.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Donato Gulin, inscrito.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna no dia de hoje para trazermos a esta Assembléia Legislativa, para trazermos aos Srs. Deputados um assunto que sirva de meditação no nosso final de semana. No domingo que se avizinha aqui em Curitiba estará sendo mais uma vez e pela décima vez, iniciada e implantada a Feira Regio-

nal do Mel. Ela tem por objetivo conscientizar a importância nutritiva do mel na dieta da população, bem como estimular o seu desenvolvimento e o desenvolvimento da apicultura na região.

Embora o Governo do Estado já esteja participando do incentivo à apicultura, é necessário que sejam desenvolvidos novos esforços e que se agilizem estudos no sentido de atender as reivindicações atuais dos apicultores do nosso Estado.

Se nós conseguirmos aumentar a área de atuação da apicultura no Paraná, estaremos contribuindo de forma decisiva para a fixação do homem na terra, além de permitir que o produto se torne mais acessível a todas as camadas da sociedade, e ao mesmo tempo colaborando para melhorar as condições de vida dos paranaenses, uma vez que o mel é de fundamental importância para a saúde de todos e, hoje, poucos privilegiados têm à mesa constantemente o produto.

Há questão de um ano atrás, o mel era oferecido aqui em nossa cidade, na Capital do Estado do Paraná, inclusive nas residências dos bairros, com vendedores ambulantes batendo de casa em casa para colocar o seu produto. Hoje, devido a propaganda e a alta qualidade nutritiva do produto, nós sabemos que poucos, que a elite de nossa cidade e do povo curitibano, é que conseguem ter este produto para a sua alimentação.

Além destes aspectos importantes, os apicultores também enfrentam outros problemas como a concorrência desleal, em função do mel desqualificado e isto podemos entender devido a esta inversão que houve no mercado. De mercado de oferta para o mercado de procura.

A infiltração de produtos de outros Estados no mercado paranaense e os produtos industrializados não sendo produzidos em nosso Estado, que são apresentados como substitutos do mel.

Devemos unir nossas forças para estimularmos esta importante atividade que só trará benefícios a todos os paranaenses, tanto do ponto de vista econômico, como do bem-estar de nossa população. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Este Deputado que ocupa a tribuna faz parte de uma comissão de representantes desta Casa que está acompanhando a situação dos ilhéus e ribeirinhos do Rio Paraná.

Foi realizada em 7 de abril próximo passado, em Altônia, uma assembléia. Nesta, reuniram-se aproximadamente 200 lideranças. Estiveram presentes o Sr. Secretário de Estado do Paraná para Assuntos Comunitários Antenor Bonfim, o Diretor do ITC, Dr. Cabral, o Prefeito de Altônia, Sr. Jonas Xavier Pinto, Deputado Tuguio Setogutte, Sérgio Spada, além de Vereadores, representantes da Igreja, da Pastoral da Terra, Presidentes de Sindicatos Rurais e membros de Comissões de ribeirinhos.

A primeira medida tomada nesta assembléia foi reafirmar as reivindicações extraídas na assembléia realizada em 23 de fevereiro de 83, quais sejam: a imediata titulação das terras, a indenização pelas colheitas e bens perdidos e reassentamento dos flagelados no Estado do Paraná.

O Secretário para Assuntos Comunitários comunicou que estava na oportunidade representando o Governador do Estado, que lá estava a pedido do Governador do Estado para ouvir as reivindicações dos flagelados e dar cumprimento à promessa do Governador José Richa de fazer deste Governo realmente um Governo participativo.

Ouvii outras reivindicações dos flagelados e ribeirinhos, tais como: foi constatado que o Posto de Saúde de Altônia, que continua em mãos de pessoas indicadas pela administração

anterior, está se omitindo na vacinação dos ilhados e ribeirinhos. Ouviu a reivindicação da desproporcional distribuição de alimentos e recursos para os ribeirinhos e que providências seriam tomadas.

Mas pudemos constatar que a situação daqueles coitados, daqueles irmãos nossos, permanece a mesma de há quatro meses atrás. Pessoas com suas famílias morando em barracos de lona, em escolas, ao ponto de termos cinco, oito famílias de ribeirinhos morando numa única sala de aula em situação realmente caótica e precária.

Concluimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ao final da assembléia, que o que está sendo proposto pelo Prefeito de Guaíra, que é o retorno imediato dos flagelados, para seus lugares de origem, é impraticável, é insensível, porque as enchentes que hoje se verificam naquela localidade, voltarão certamente a se repetir todos os anos.

Observou-se que a única solução é o prosseguimento no cadastramento daqueles atingidos e que deverá ser feito imediatamente o reassentamento daquelas pessoas em terras de preferência aqui no Estado do Paraná.

Medidas estão sendo tomadas, diversos trabalhos estão sendo feitos pela FETAEP, pela CONTAG, pelos sindicatos, pela Igreja, por políticos. E nessa luta esta Casa está envolvida através de seus representantes.

Dia 9 de maio, estarão reunidos os Governadores do Estado de São Paulo, Mato Grosso e do Paraná, para tratar do assunto.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que medidas urgentes venham a ser tomadas. E para que esse povo, para que essa gente tão sofrida, volte a viver em paz, com tranqüilidade, vivendo, o que é mais importante, às suas próprias custas, trabalhando seu pedaço de terra. Mas, para tanto, necessário se faz imediatamente, o reassentamento dessa população.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para vergonha nossa, Juvêncio Mazarollo continua preso em nosso Estado. Cento e noventa e oito dias de cárcere, no Ahú.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Ao ingressarmos nesta Casa Legislativa, ao cumprimos o dever de representação daqueles que no legítimo exercício dos seus direitos fundamentais, nos outorgaram poderes para a defesa dos interesses maiores do nosso Estado e do seu Povo, temos a consciência da responsabilidade que nos é atribuída legal e moralmente.

Destarte, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sobressalta-nos o espírito, o clima de devassa moral pelo qual está envolto o País, manifestado está por vários prismas, sendo o principal deles a CORRUPÇÃO.

A corrupção em nossa sociedade, presente nas principais instituições, nos principais órgãos, até nos menos qualificados departamentos, assume, hoje, proporções inimagináveis até mesmo ao mais criterioso dos dicionaristas que procuram determinar o seu significado.

Essa desmoralização decorre do sistema hoje vigente na nossa sociedade, sistema esse autoritário, fechado, arbitrário e que busca a perpetuação no poder. Rebuscando na história a fundamentação para tal, vemo-nos diante da Revolução de 64, a qual mesmo na época sendo pessoalmente contra, devo reconhecer que angariou apoio e confiança de parcela da nossa população pátria. Confiança que os fatos que sucederam ao 1.º de abril se encarregaram de mostrar, fora traída. Traída sim, pois os propósitos que levaram a tal ato, após a conquista

do poder, desviaram-se os dirigentes do País dos objetivos pré-estabelecidos, para, certos de não ter responsabilidade para com o povo diretamente, embebedavam-se com as fraquezas que o poder oferecia, deixando que os valores menores do caráter e da personalidade do homem se transpusessem aos ideais do dirigente, aliados, ainda, aos interesses de grupos ou categorias individualizadas, as quais, como custo da sustentação do poder, faziam com que organismos fossem criados com o escopo de limitar, de todas as formas possíveis, a liberdade de pensamento e de expressão, através da censura prévia ou de atos de barbarismos praticados contra os transgressores dessas normas capengas, a exemplo do que fez...”

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Esta Liderança concede do seu horário por vinte minutos ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Passaremos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Sr. Deputado Mário Pereira, por vinte minutos, no horário do PMDB.

O SR. MÁRIO PEREIRA — (Continua lendo): “... a exemplo do que fez, incontadas vezes o tão famigerado quanto odioso SNI, em frontal lesão aos direitos fundamentais do homem.

Mas as manifestações de CASTRAÇÃO da sociedade brasileira não se limitou af. Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ela foi muito mais além. Ela abrangeu a reforma de ensino, onde os currículos e os padrões a serem adotados levavam o estudante à mera informação passiva, sem possibilidades, pelos métodos utilizados, de se estimular o poder crítico, indispensável ao campo do real saber, da investigação científica, limitando, assim, toda uma geração, relegada ao plano da limitação cultural e intelectual. Da mesma forma, os trabalhadores, tolhidos do seu direito constitucional de reunião, e quando este foi tolerado, tolhida era a liberdade de expressão do seu pensamento. Da mesma forma, a classe estudantil, nos diversos níveis, tolhidos de seus direitos de associação e expressão, despojando-os abruptamente dos bens que integravam o seu patrimônio. Reduziram os Diretórios e Centros Acadêmicos em verdadeiros centros recreativos de “ping pong” e televisão, quando deveriam ser centros de debates, de pesquisas, de investigação e de estudos propriamente ditos.

Definitivamente, o poder hoje instituído neste País, teve suas origens na força, com o compromisso moral de devolvê-lo após o impasse de 64, mas que, ao senti-lo, dele não mais quis se afastar, usando, então, de mais força ainda para garanti-lo.

Concessões exageradas de um lado, força excessiva do outro, foram as determinantes do caos social, político, econômico e institucional em que está imerso o Brasil.

A corrupção atinge todos os níveis da administração; os detentores do poder, sem qualquer razão de ordem racional, persistem nos mesmos erros que alienam, financeiramente, o País; os nomes não mudam, apenas são remanejados. Os destinos do maior país da América Latina está nas mãos de uma minoria que não goza da confiabilidade da Nação, que está em total descrédito e que não possui respaldo da legitimidade para a prática dos seus atos.

O País perdeu a noção da moralidade. A regra passou a ser excessão. Os conceitos sobre a tri-partição dos poderes, vendo-os equivalentes, harmônicos, caiu por terra. A situação, do ponto de vista moral e legal chega às raias do ridículo. Um poder tido como igual, equivalente, fecha o outro porque aquele não lhe convém. Abre-o novamente, despido de suas prerrogativas, diminui as imunidades dos seus integrantes e violenta os direitos outorgados pelo povo aos seus representantes.

Isso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, com o respaldo, com a sustentação, com o aval moral dos mem-

bro que integram hoje o Partido Democrático Social, que por razões estranhas deram as costas à moralidade para, com sua adesão, atuarem como co-autores das infâmias praticadas contra a sociedade brasileira.

Os tempos, entretanto, por força de um Movimento da envergadura do antigo MDB, ora PMDB, de homens com idéias e ideais na construção de um País que seja efetivamente sério, ao contrário do que afirmou o então Presidente francês General De Gaulle, no que, lamentavelmente, não estava errado, na força reivindicatória de segmentos da Sociedade, tais como, entre tantos outros, a Ordem dos Advogados do Brasil, que na sua VII Conferência Nacional debateu, exaustivamente, o tema O ESTADO DE DIREITO, conferência que nossa Capital honradamente sediou, tendo como fiéis e autênticos defensores da necessidade de urgente reformulação na vida nacional, os insígnies juristas PONTES DE MIRANDA, RAIMUNDO FAORO, DALMO DALARI, RENÉ DOTTI, MIGUEL REALE, ALCIDES MUNHOZ, entre outros.

Essa mudança se nos apresenta através da devolução à sociedade daquilo que lhe foi subtraído. Os seus direitos fundamentais, estes se matearilizam, de forma ainda tímida e demasiadamente lenta, mas que resultou, entre outros de igual importância, no restabelecimento parcial das eleições diretas. Estas, por sua vez, apesar de tão poucos dias da sua realização e menos ainda da tomada de posição por parte dos escolhidos pelo povo, pode-se perceber um quadro que mostra alvissareiro para o atingimento dos ideais apregoados há quase duas décadas pelo nosso Partido entre eles, o restabelecimento da moral na administração pública.

Há que haver uma explicação lógica para o fato de vermos os detentores do poder maior nos Estados, sejam do PMDB, do PDS ou do PDT, assumindo postura muito diversa da que anteriormente tomavam os governadores indicados por processo que atendiam a outros critérios que não o da moralidade e muito menos do bem público, constituindo excessão, naqueles casos, os homens que, dotados de elevado senso de honradez e moralidade bem conduziam os destinos dos seus Estados.

Essa explicação se nos é dada pela sociologia, pois sabemos que um dirigente com o respaldo de votos de uma comunidade, apesar de necessitar da sustentação óbvia de um partido político, tem, ao lado do seu poder de decisão, igual dose de responsabilidade para com aqueles que o conduziram, a tão elevadas funções, no caso dos eleitos em 1982, o povo do seu Estado. Não corresponde, igualmente, no caso dos ex-governadores nomeados, pois estes não necessitavam contar com o respaldo do prestígio popular, mas sim com a simpatia de uns poucos, os quais, certamente, eram os que realmente eram representados no poder, pois não raras vezes, vimos que a máquina do Governo, por seus diversos órgãos, voltavam-se na direção, coincidentemente, dos interesses dessas poucas pessoas, desse pequenos grupos elitistas e imorais.

O Governo em todos os níveis da sua atuação é, em última análise, um reflexo daquilo que é a sua "estrela" maior, sendo essa ilegítima haverá, nos escalões inferiores, o mesmo requisito com vistas à identidade de princípios e de interesses. Aí, nesse quadro, apenas um elemento não pode se integrar, por ser inconveniente: O POVO.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabe-se que todo poder é corrompível e o será fatal e amplamente se o poder for total e tendente à perpetuação, daí porque o quadro lastimável que até há poucos dias se mostrava a nossa sofrida comunidade nacional. Há, entretanto, a partir de 15 de março deste ano, a expectativa de melhora, de retorno a uma situação de respeito aos direitos das pessoas, de moralização das instituições que são caras ao homem brasileiro. Refiro-me à expectativa, porque sabem muito bem os nobres colegas que compõem esta Casa Legislativa, que o nosso sistema econômico centralizado na União inviabiliza totalmente não só os governos municipais, mas

principalmente, os governos estaduais. Sabe-se também, que a liberação de recursos federais para os Estados se dá em razão de critérios os mais condenáveis. Assim, expectativa, porque com a pequena parcela de restabelecimento da democracia conquistada ao longo destes anos de oposição, ainda não se faz suficiente para conduzir o País a um caminho, ainda a ser encontrado, da verdade, da moralidade, da realização não só material, mas, igualmente, espiritual do homem e da família, da sociedade brasileira.

Para isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, necessitamos galgar mais alguns degraus da democracia. Devemos não atenuar os efeitos tão somente, mas chegar à causa do câncer nacional. Precisamos chegar ao cargo mais alto da República, através de eleições diretas. Não importa o partido que obtenha o êxito em tal disputa, ainda que hoje os indicadores das últimas eleições nos mostrem uma vantagem de quase seis milhões de cotos do PMDB sobre o PDS, a nível nacional, o que importaria, afinal, seria o fato de termos alguém com a responsabilidade determinada pelo voto popular. E essa responsabilidade se nos é mostrada tão limpidamente, que não só aos governos eleitos pelo PMDB, mas inclusive alguns do PDS, aleitos no último 15 de novembro, se mostram também norteados pela bandeira da moralidade. Como exemplo, podemos citar especificamente o Governo do Ceará, cujas peculiares morais da política regional são nacionalmente conhecidos, tão farta é a abordagem pelos veículos de comunicação social, onde o Governador eleito, pelo PDS, não poupou críticas ao seu antecessor, também do mesmo partido, inquerindo mesmo da moralidade dos atos anteriormente praticados.

No mesmo Estado e ainda dentro do mesmo exemplo, lembramos acusações severas feitas ao ex-Governador do PDS Virgílio Távora, pelo Deputado pedessista Fernando Mota, responsabilizando-o pela difícil situação em que se encontra o Estado, decorrente da aplicação de milhões de dólares em obras faraônicas, as quais atendiam mais aos interesses de grupos econômicos que as realizaram do que propriamente aos interesses e anseios da população cearense.

No mesmo sentido, o Deputado Osmar Diógenes, também daquele Estado e pedessista, requereu a constituição de uma CPI para apurar irregularidades da administração anterior do seu próprio partido.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bandeira da moralidade na administração pública não é de um partido apenas, é do poder legitimamente constituído, é dos homens de bem que, com responsabilidade e descompromissado ou atrelado a grupos, dirige com um escopo maior, o interesse de um Estado e dos homens que o integram.

Os exemplos são abundantes. Podemos citar mais os nossos vizinhos Estados do Sul; no Rio Grande do Sul, o Governador eleito Jair Soares, protagonista central do escândalo da Previdência Social, prega a moralidade na administração e defende as eleições diretas para Presidente da República; em Santa Catarina, onde se apresenta a mais antiga oligarquia do País, onde duas famílias se revezam no poder desde os primórdios da República, temos o Governador Espiridião Amin, atritando-se com essa mesma oligarquia que o apoiou, por empunhar, em alguns casos, a bandeira da moralização. Para tal, entre outros, utiliza o seguinte "slogan": "ESPIRIDÃO AMIN ... UM TEMPO NOVO".

Por estes exemplos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos claramente perceber que o binômio LEGITIMIDADE-MORALIDADE caminham juntos na administração da coisa pública, fruto, quiçá, da responsabilidade que o voto direto impõe.

Essas nossas concepções são motivadas por uma luta em busca da verdadeira democracia, na sua mais ampla acepção, cujos ideais são caros à toda a Nação, entendendo-se caros nos dois sentidos que a palavra sugere no nosso vernáculo. Cara no sentido de querida e também no custo elevado de vida, liberdade,

sofrimentos, renúncias, lágrimas e despreendimento de tantos brasileiros dignos do nosso mais elevado respeito, aos quais homenageamos a todos na memória do bravo alferes José Joaquim da Silva Xavier - o TIRADENTES, cuja vida foi subtraída como custo pela luta das mesmas liberdades e direitos que hoje norteiam nossas lutas.

Conclamo, por isso, nobres companheiros, a todos os brasileiros de boa vontade, tantos homens honrados e decentes quanto temos em nossa sociedade, para que se engajem neste ideal que transcende as cores partidárias, as convicções pessoais ou interesses de grupos para se afirmar como verdadeira manifestação patriótica.

Nobres companheiros das bancadas do PMDB e do PDS, também os membros dos demais partidos legalmente constituídos neste País e que não se fazem representar nesta Casa de Leis, chamo-os, à integração deste ideal, o qual, temos certeza, dignos como são os nobres colegas, outro não deve ser o ditame das suas consciências, que não seja a legitimação, através do voto direto para a Presidência da República, já em 1984."

**O Sr. Tadeu França** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Vossa Excelência, em seu brilhante pronunciamento, faz uma análise das mais elevadas sobre o espírito norteador do autoritarismo que tem conspurcado a Nação brasileira.

Quero cumprimentá-lo por isso. Sempre assistimos em nossa história, que o autoritarismo sempre se cercou de mistérios e subterfúgios. Até hoje nós não temos resposta, ainda, para as vítimas do autoritarismo brasileiro! Quando nos lembramos de um líder como é Alencar Furtado, que, por haver clamado "pelos filhos do talvez, ou do quem sabe", por aqueles que pereceram em cárceres, por um Manoel Fiel Filho, por um Wladimir Herzog, por tantos outros, aqueles que foram encurralados em masmorras, em nome de uma defesa, de uma liberdade, sentimos que, de fato, é preciso abrir as portas para um novo dia; quando vemos que se afirmava que em 64, o Brasil estava falido e vemos, hoje, uma terra dependente do FMI; quando vemos, Sr. Deputado, explorar-se até a fé popular, como a Revolução de 64, colocando um titular da TFP, para agitar em São Paulo, uma pregação que não era pregação religiosa, mas, apenas, para ludibriar a fé de um povo que começou a acreditar em dominantes, e os nossos dominantes militares, sempre foram dominantes, aqui para dentro, mas sempre foram dominados, por fora, porque, a dominação que eles exercem foi selada em omissão, em entrega, em capitulação perante o capital estrangeiro, comandados pelos trustes, pelos monopólios, pelos interesses que não são poucos.

Quero cumprimentá-lo Sr. Deputado, pela sua análise vibrante, por esse paralelo fecundo que colocou sempre, o autoritarismo, a tese do autoritarismo que se aliou, de uma forma abjeta e vil, ao cerceamento até mesmo de informações de nossa gente, que não tem participado, que não conhece, que tem sido apenas vítima dos desmandos políticos, administrativos e econômicos, implantados nos últimos vinte anos!

Parabéns, portanto, e que seja, este norteamto seu, testemunho de que um novo dia deve nascer, através das portas abertas da participação de um povo sedento por um lugar ao sol!

**O SR. MÁRIO PEREIRA** — Agradeço o aparte do nobre Deputado Tadeu França, meu companheiro de bancada.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Obrigado pelo aparte. Deputado Mário Pereira, só queria elogiá-lo pelo seu tirocínio político, por tudo que Vossa Excelência está procurando fazer pelo Paraná e pelo Brasil.

Apenas, uma discordância da parte deste humilde Deputado. Vossa Excelência generaliza os candidatos, os ex-Governadores, digo do Paraná que é nossa terra. Vossa Excelência sabe muito bem que ao lado de Ney Braga, ao lado de Parigot de

Souza, ao lado do homem que hoje pertence ao seu Partido, Haroldo Leon Peres, tínhamos também um grande Governador, Jayme Canet Júnior.

Vossa Excelência peca também, pela falta de observação, pela falta de reparo para este homem, que nós da Bancada do PDS, de um Partido de Oposição a Sua Excelência, o grande Governador Jayme Canet, temos que defendê-lo diuturnamente aqui nesta Assembléia, porque não é justo que se faça injustiça ao homem que deu sustentáculo à candidatura e hoje põe no grande timão do Estado do Paraná, o Governador José Richa, e é isto que Vossa Excelência peca com a sua juventude, com o seu brilhantismo.

Faça justiça, Senhor Deputado. Deixe que Ney Braga nós defendemos; Paulo Pimentel nós defendemos, mas Vossa Excelência faça justiça a Jayme Canet Júnior, e defenda o grande companheiro seu, Haroldo Leon Peres.

Muito Obrigado.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** — Para responder ao aparte de Vossa Excelência vou reler trecho do que talvez tenha passado despercebido ao nobre Deputado ou por falta de atenção ao meu pronunciamento.

Em determinado trecho eu dizia o seguinte: "Há que haver uma explicação lógica para o fato de vermos os detentores do poder maior nos Estados, sejam do PMDB, do PDS ou do PDT, assumindo postura muito diversa da que anteriormente tomavam os Governadores indicados por processo, que atendiam a outros critérios que não o da moralidade ou o do bem público.

Constituindo exceção, naqueles casos aos homens que, dotados de elevado senso de honradez e moralidade e de bem conduzir os destinos do seu Estado..."

Senhor Deputado, acho que a defesa não cabe somente ao ex-Governador Jayme Canet. Há outros Governadores, nesse período longo e tenebroso da história recente do Brasil, que vem de 64 até aqui. Há outros Governadores que merecem entrar na exceção.

Acho que o Senhor está esquecendo companheiros seus da antiga ARENA, que governaram outros Estados da Federação, e põe a exceção somente no ex-Governador Jayme Canet.

Concedo o aparte ao nobre Líder do PDS.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Agradeço a Vossa Excelência a deferência do aparte, só que eu não o solicitei. Mas já que Vossa Excelência concede-me o aparte, quero cumprimentá-lo pela sua iniciativa em solicitar que esta Assembléia Legislativa se manifeste pelo estabelecimento de eleições diretas, para a Presidência da República.

Esses Deputados do PDS, são como os Deputados do PMDB, frutos do voto popular, e conseqüentemente são homens que crêem nas eleições diretas.

O PDS vota igualmente favorável ao requerimento de Vossa Excelência.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** — Agradeço e espero que esse exemplo dado pela Bancada do PDS do Paraná, reflita na Bancada do PDS a nível federal como um todo do PDS, para que seja restabelecida realmente as eleições diretas, no próximo pleito para a Presidência da República.

**O Sr. Rubens Bueno** — Vossa Excelência me permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência nesta manhã traz um pronunciamento bastante sério; sério porque fala da moralidade pública; sério porque pede eleições diretas em todos os níveis. E enquanto isto, quando sabemos que onde não há eleições, a corrupção prevalece, a malversação do dinheiro público é norma, onde o despotismo começa a se enraizar em todos os setores da vida pública. Nesta manhã, quando Vossa Excelência fala, por exemplo, em Jair Soares, parece-me o maior exemplo da impunidade dos maus administradores deste País.

Ele desorganizou o que já era desorganizado, ele escandalizou o que já era um escândalo nacional, a Previdência. E ao

invés de ser punidos, quem foi punido foram os próprios trabalhadores. Ninguém foi punido, ninguém foi processado, ninguém foi para a cadeia, mas o Sr. Jair Soares foi indicado pelo PDS para ser o candidato ao Governo do Rio Grande do Sul.

Neste País, onde não há eleições livres em todos os níveis, são premiados aqueles que malversam o dinheiro, são premiados aqueles que botam em todos os setores da administração pública, funcionários ligados à sua família, ao apadrinhamento político, com altos salários, sempre prejudicando aqueles que trabalham, aqueles que lutam no dia a dia, na função pública.

De parabéns Sr. Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência hoje coloca a nossa Bancada mais orgulhosa ainda ao trazer, neste momento, um assunto tão sério e tão delicado que precisava ser ouvido muito mais, não só no Estado do Paraná como em todos os Estados do Brasil.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço ao nobre Líder Rubens

Bueno e pareceu-me que alguém tinha pedido aparte, se não pediram eu encerro, mas antes sem deixar ainda ocupando o tempo que me resta, de fazer uma citação de um artigo que saiu hoje na "Gazeta do Povo", assinado por Carlos Chagas: UMA PELADA ESPECIAL, recomendando a sua leitura, para que não nos envergonhemos de um processo de eleições indiretas para Presidente da República, e que vai forçar a nossa Nação a conviver mais oito anos com a corrupção.

As eleições diretas dos Governadores do PMDB e do PDS estão a exemplificar, geram a moralidade. Moralidade pode não ser uma proposta acabada de Governo, mas não há proposta de Governo que subsista com a corrupção.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem o prazer de anunciar as presenças em plenário do Sr. Pedro Imar Mendes Prestes, Prefeito de Jaraguariaíva, Sebastião Martins da Silva Filho, Vereador de Guaraci, Sr. José Roberto Félix, da Comissão Executiva do PMDB de Guaraci, do Sr. Prefeito de Boa Vista da Aparecida, Sr. Cícero Barbosa Sobrinho e do Sr. Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, Sr. Ariel Buzzato.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Abluquerque, no horário da Liderança.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho comparecido, sempre que necessário, à tribuna desta Casa para trazer reivindicações, como também denúncias, a fatos ocorridos que precisam ser levados ao conhecimento desta Casa e ao povo do Paraná. Retorno, hoje, a esta tribuna para comentar e denunciar um fato ocorrido em Foz do Iguaçu, cidade que tenho a honra e o dever de representá-la condignamente, neste Parlamento.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mais uma tristeza que os professores levam para seus setores. O Governador José Richa, em suas pregações políticas, afirmava e reafirmava tantas vezes que daria ao setor educacional do Paraná, democracia, eleições diretas nas escolas para os núcleos e para as inspetorias municipais. Eleição que será realizada para os colégios de uma forma não democrática; os eleitos comporão uma lista tríplice falada, mas, dificilmente serão escolhidos os mais votados e a democracia participativa já fica de lado da verdade.

Encontra-se em minhas mãos, ofício de poucos dias atrás, do Sr. Presidente da Associação dos Professores do Paraná, dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação e Cultura, professora Gilda Polli, que encaminha cópia de uma ata realizada em uma Assembléia de Professores em Foz do Iguaçu, para a formação de uma lista quíntupla, para a escolha do Inspetor Municipal de Foz do Iguaçu, que vai acumular, até que a lei regulamente a não mais existência da inspetora regional, que será transformada em núcleo educacional. Compareceram, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, como diz a ata que vou ler alguns trechos, durante minha fala e como reafirma o próprio ofício assinado pelo Professor Isaías, Presidente da Associação dos Professores do Paraná.

Reuniram-se quase duzentos professores de Foz do Iguaçu, da rede estadual de educação. Alguns, até pronunciamentos fizeram naquela assembléia, achando que a democracia na educação do Paraná, iniciava seus primeiros passos.

Poucos dias depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a decepção foi muito grande e nisto vale ler, apesar de que o meu xerox está muito apagado, mas eu vou tentar ler algum trecho: (Lê):

"Aos 27 dias do mês de março de 1983, realizou-se no Colégio Monsenhor Guilherme, uma assembléia geral dos professores de Foz do Iguaçu, para proceder à eleição do inspetor municipal do ensino, de Foz do Iguaçu, na forma de lista quíntupla.

A descrição dos critérios a serem adotados, para eleição dos diretores de estabelecimentos e outros assuntos de interesse da classe, do ensino. A abertura foi procedida pelo Presidente do Núcleo, professora inteligente e honrada, que foi cabo eleitoral do PMDB e a sua lisura usada na campanha, foi compatível com a classe dos professores, porque ela reivindica direito, que até hoje não foi dado à classe sofrida no Paraná, Professora Ivone Aparecida Muller, que convidou o Professor Isaías Ogliari, Presidente da APP do Paraná e o senhor, prestem bem atenção, Senhora Deputada, Srs. Deputados, Sr. Presidente, o Sr. Dobrantino Gustavo da Silva, Presidente do PMDB local, compareceu àquela assembléia, na condição de que? Fiscal? Patrulheiro? Seja lá o que for, porque professor ele não é, e jamais o foi. Presidente, do Diretório local do PMDB - para compor a mesa dos trabalhos e, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi realizada a eleição e os resultados agora passarei a ler:

"Procedeu-se então, a votação e segui o resultado: Professora Ivone Aparecida Muller, com 47 votos, a mais votada, a mais respeitada e a que os professores desejavam que fosse escolhida. Seguida por uma outra professora inteligente e competente, também do PMDB, e seu marido foi candidato a Vereador pelo PMDB, em Foz do Iguaçu, Glaci Cecibió, com 38 votos. Em terceiro lugar, mais um grande batalhador em prol do PMDB, professor Nelso José Spier, com 28 votos. Em quarto lugar, uma outra professora capacitada, Glória Nelma, conseguiu 8 votos. Em quinto lugar, Senhores Deputados, veio o professor Cláudio Dier, Vice-Presidente do Núcleo local da Associação dos Professores, que obteve apenas 4 votos. E a escolhida que pela idade tendo empatado com o último lugar, o quinto, obtiveram os dois, apenas 4 votos.

Mas, não conformou-se o PMDB de Foz do Iguaçu com uma lista quíntupla, que esta professora não conseguiu a sua colocação. Ficaram o Professor Cláudio Dier e a Professora Eva Terezinha Vera, ambos em quinto lugar, sendo ela bem mais nova e, o critério universal que todos nós conhecemos, o mais idoso seria o vencedor da lista quíntupla, mas o PMDB local não se conformou, transformou a lista sêxtupla para dar oportunidade à Professora Eva Terezinha Vera que no governo passado tinha sido diretora do Colégio Bartolomeu Mitre e exonerada de sua função. Mas, ficou mais de dez anos como diretora, por motivo de não conseguir competência nos órgãos do Estado para reformar o seu estabelecimento, porque não lutou para isso.

Conseguiu sim, realizar uma passeata de estudantes insuflando-os contra as autoridades da educação constituída no meu Estado paranaense; dos dois mil alunos, compareceram apenas cinquenta à passeata.

E entre os cinquenta, nem todos eram alunos, porque existiam aqueles, existem ainda, que aproveitam-se de greves de reivindicações da classe, para comparecer também quando nada lhe compete o fato, quando nem sequer conhecimento da causa têm, mas para tumultuar, eles usam de participar e de usufruir

os participantes que direito têm. Esta diretora fora demitida. O seu sobrinho, jornalista competente, Fábio Campana, usando do direito de ser diretor responsável, editor do Jornal "Nosso Tempo" de propriedade de Juvêncio Massarollo, fez uma campanha tentando denegrir este Deputado, como perseguidor, mas a comunidade não aceitou porque conhece o meu passado, porque sabe que nas direções dos estabelecimentos de Foz do Iguaçu existem mais diretores que são aliados à Oposição do que à Situação, e eu nunca persegui. Este falo eu até aceito, mas precisa-se fazer uma análise dos demais ocorridos na educação de Foz do Iguaçu. E, para substituir a Dona Eva Terezinha Vera na Escola Bartolomeu Mitre, convidei o Professor Isaías, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, para que fizesse uma eleição e realizasse uma lista tríplice, e o mais votado seria o diretor. E foram três professores votados, e a mais votada é diretora até hoje, se não renunciou ainda, porque foi numa lista tríplice, a mais votada.

Portanto, democracia participativa é isto.

Mas, pergunto, agora, aos Srs. Deputados, especialmente ao Deputado Sérgio Spada: perseguição é demitir uma diretora que nunca tinha sido eleita para assumir o cargo e que insuflou estudantes contra as autoridades constituídas, e que usou do seu sobrinho como jornalista competente, mas de ideologia não compatível com a minha e nem com a maioria do povo brasileiro, para tentar denegrir este humilde Parlamentar que hoje usa esta tribuna, perante a comunidade iguaçuense?

É isto perseguição? O não ser eleito e ser o nomeado como inspetora porque o PMDB local, o Deputado Estadual e o Federal querem?

Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Precisamos analisar os fatos. A maioria dos Deputados do PMDB desta Casa precisa ter conhecimento disto, para contar ao seu Governador, que os diretórios municipais estão boicotando o seu desejo de realizar uma lista tríplice nas direções e uma quintupla, mas...

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência me interroga e não me concede um aparte.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Concedo, pela ordem, ao nobre Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Muito obrigado, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

Vossa Excelência traz um assunto importante. Veja bem que as indicações feitas até à lista quintupla que Vossa Excelência se refere, foram feitas sem que as normas fossem divulgadas pela Secretaria da Educação. Então, parece-me até um avanço avançado. E Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto que nem foi regulamentado pela Secretaria da Educação e Cultura.

De outro lado, temos aí informações de que, numa entrevista de Vossa Excelência, na Rádio de Foz do Iguaçu, quando o repórter lhe perguntava sobre uma diretora de escola que estaria trabalhando para o PMDB, Vossa Excelência, no programa de rádio disse que se ela estivesse trabalhando para o PMDB seria demitida naquele dia.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Isto é mentira!

O Sr. Rubens Bueno — Eu estou lhe dando dados, Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — É mentira sua.

O Sr. Rubens Bueno — Estou lhe dando dados, Excelência, e eu vou lhe trazer.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Traga!

O Sr. Rubens Bueno — Eu vou lhe trazer.

E ela foi demitida por um programa de rádio, e a regu-

lamentação do PMDB, da Secretária da Educação, está inserida no programa partidário, do nosso Partido. Se nós estamos pleiteando uma lista tríplice, é exatamente para acabar com o autoritarismo que Deputados do Governo exerciam sobre as escolas, sobre as direções das escolas, e, se a lista tríplice está sendo colocada neste momento, para as direções das escolas, para as direções dos estabelecimentos estaduais do Paraná, é para que também tenha uma margem de segurança para a aplicação do programa do PMDB, no setor educacional. Como é que o Partido pode aplicar o seu programa, se, naquele momento for eleita uma pessoa que contrarie o programa de Governo? Então, é para isto, Sr. Deputado Tércio Albuquerque, que virão estas eleições. Elas virão, e virão com o respaldo do nosso Partido, com o respaldo da maioria da população paranaense que deu a Richa, a expressiva votação, a esmagadora votação a 15 de novembro.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Deputado Rubens Bueno, sempre acompanhei seus pronunciamentos na Casa, muitos deles, para denunciar corrupção - nunca Vossa Excelência trouxe o corrupto.

O Sr. Rubens Bueno — Eu tenho aqui, em mãos, Sr. Deputado, eu tenho aqui, em mãos.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Use do seu direito, da tribuna.

O Sr. Rubens Bueno — Ele será usado. A CPI vai funcionar! Quer Vossa Excelência queira, ou não queira.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Hoje, Vossa Excelência usa de um aparte, para sofismar.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência quer os documentos dos Portos de Paranaguá, e Antonina?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Porque eu não tenho memória curta a ponto de esquecer um pronunciamento que fiz, em uma emissora de rádio, num programa mais ouvido pela população, que é o Jornal do Meio-Dia, da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu.

O Sr. Rubens Bueno — Então, houve a entrevista? Aconteceu, então?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Aconteceu uma entrevista, e esta professora era filiada ao PDS, e não havia trabalhado para partido algum, até aquela data, portanto, eu nunca disse que ela seria demitida por não trabalhar para o meu Partido. Ela foi demitida, Sr. Deputado Rubens Bueno - o Senhor não conhece a minha região; pode conhecê-la, de passagem, de passeio, eis que lá é uma região turística - esta professora foi demitida...

Sr. Rubens Bueno — Mas conheço as artimanhas dos Parlamentares do Governo!

SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — ... ela foi demitida, por não ter capacidade de chegar às autoridades constituídas e reformar o seu estabelecimento, querendo fazer passeatas de estudantes, para comover a população!

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Spada, eu, em princípio fico estupefato por ver hoje, nesta oportunidade, um verdadeiro festival de contradições proferidas por Vossa Excelência, dessa tribuna. Fico até mesmo entristecido por saber que Vossa Excelência é um representante de Foz do Iguaçu, a estas alturas.

Realmente, Deputado, nós do PMDB, o Governador José Richa, estamos sendo coerentes com nossa proposta de Governo, feita durante a campanha eleitoral, a ponto que está implantando hoje, legalmente, a lista tríplice, para a escolha - note bem, Sr. Deputado - para a escolha de diretores de escolas, nos municípios, e, não para a escolha de inspetores

regionais.

O PMDB de Foz do Iguaçu, numa atitude até exemplar, democrática, ouviu os professores e convocou-os para uma Assembléia, para indicarem uma lista quántupla. Isto estava bem claro antes de ser convocada essa Assembléia - uma lista quántupla! Se existe uma lista quántupla, é sinal de que, até o quinto nome, pode ser o nome escolhido ...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Mas ela foi até a sexta.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência está equivocado e desconhece a verdade.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Está aqui a ata.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência desconhece a verdade.

Foram eleitos, seis. Note bem, nobre Deputado, dos duzentos, aproximadamente duzentos professores que participaram, esta professora foi a sexta mais votada, não importa com quantos votos; acontece que, o Professor Cláudio Odir, que pela idade, que também não fez mais votos que ela, desistiu, lá mesmo na assembléia, de concorrer, de participar dessa lista quántupla. Ele desistiu. Então, ela, obviamente, com quatro votos, ocupou o quinto lugar e numa atitude coerente - dando prosseguimento nesses gestos, o Diretório do PMDB, numa atitude democrática mais uma vez, nobre Deputado, elegeu aquele professor que julgou mais competente, mais capaz, porque veja Vossa Excelência, nós não indicamos um candidato a Vereador nosso que não se elegeu; poderia ter feito isso para prestigiá-lo, para compensá-lo pelo trabalho que nos prestou durante a campanha, mas não fizemos isso não, Senhor. Foi votada a Professora Eva Terezinha Vera, porque é uma professora conhecida que exercia há dez anos a presidência, a direção daquele colégio que há pouco Vossa Excelência se referiu.

Estranha-me ouvir palavras de Vossa Excelência em dizer que essa professora foi exonerada do colégio porque era incompetente. Ora, Vossa Excelência só descobriu isso depois de dez anos em que ela estava naquela escola. Só depois de dez anos e ficou claro, ficou provado na sua atitude prepotente de exonerá-la do cargo, e isso repercutiu em toda a Cidade de Foz do Iguaçu e quiçá, de todo o Estado do Paraná. Estão aí os jornais para provar essa sua atitude infeliz.

Só para concluir; então foi escolhida uma professora que foi vítima das suas prepotências no Município de Foz do Iguaçu. Uma professora que foi perseguida, exonerada do cargo porque não quis trabalhar para Vossa Excelência durante a sua campanha eleitoral. Depois com os resultados dessa sua atitude infeliz, Vossa Excelência - e isso ela nos contou - Vossa Excelência a procurou para se filiar ao PDS e concorrer à Vereadora pelo PDS e ela se negou, numa atitude muito digna. Vossa Excelência e o Vereador Alberto lhe procuraram para ser candidata a Vereadora pelo PDS, após essa sua atitude infeliz.

Foi feita uma passeata em Foz do Iguaçu onde participaram os estudantes e os professores daquela e outras escolas; cinquenta alunos que saíram às ruas para protestar num horário de trabalho, quer dizer, são cinquenta pessoas que se solidarizaram a ela, contra a sua atitude.

Só para concluir, eu gostaria que Vossa Excelência atentasse para a diferença que está existindo no comportamento deste Deputado que vos fala e no comportamento de Vossa Excelência, enquanto não existia Deputado do PMDB em Foz do Iguaçu. Antes era Vossa Excelência quem indicava de "dedo" seus cabos eleitorais para ocupar todos os cargos em todos os níveis no Município de Foz do Iguaçu, inclusive para doar uma caixa de giz, se não tivesse o vosso crivo não saía essa caixa de giz para a escola.

Hoje eu, o Deputado que teria o comando político, esse famigerado mando político, sequer participei dessa escolha, porque damos ampla e total liberdade aos professores, em

escolher uma lista tríplice e em seguida damos ampla e total liberdade para o Diretório escolher um membro desta lista tríplice para ocupar o cargo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Deputado Sérgio Spada.

Democracia das minorias, quatro votos, vencer quarenta e sete. Uma diferença muito grande.

O Sr. Deputado Sérgio Spada demonstrou exatamente desconhecimento do fato. Quando disse que eu procurei a professora Eva Terezinha Vera, para que se filiasse ao meu Partido, quando ela era filiada há mais de três anos, eu a convidei para ser candidata a Vereadora. Ela não aceitou e não - convidei, é um direito meu convidar quem quer que seja. — Seus familiares é que não permitiram. O Sr. Deputado Sérgio Spada em nada contribuiu com seu aparte, porque a democracia que ele diz que será implantada, não é participativa, é democracia das minorias, onde quatro pessoas vencem uma maioria de quarenta e sete que escolheu uma professora capacitada, cuja professora idealista encontra-se decepcionada, juntamente com a maioria dos Srs. Professores de Foz do Iguaçu, pois tenho sido procurado por telefone, por carta e pessoalmente pela classe dos professores. Mas, eu convido o Sr. Deputado Sérgio Spada para termos um debate em público, em Foz do Iguaçu, com relação a este fato da democracia participativa. Eu o convido para participar de uma conversa perante os professores de Foz do Iguaçu para que de uma vez por todas deixarmos claro e patente à comunidade iguaçuense que eu era perseguidor e que uma eleição onde a minoria ganha não é perseguição.

Vamos usar da imprensa geral do Estado, não do jornal que é dirigido por uma pessoa que pessoalmente não me quer bem. Isto não, Sr. Presidente, nós haveremos de voltar à Casa, se necessário for, em favor dos Srs. professores.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Agradeço o aparte que Vossa Excelência nos trouxe no dia de hoje, e também pela intervenção do Deputado Rubens Bueno, estamos diante de um fato que me parece importante aqui destacá-lo. Era pretensão e continua sendo pretensão do PMDB a adoção de certas medidas de abertura, no sentido participativo em instituições e na sociedade como um todo.

Essa pretensão do Governador José Richa e da administração atual, em envolver a comunidade escolar no processo de definição e de escolha dos seus próprios administradores. Na minha maneira de ver é realmente uma atitude válida e merece assim, o meu reconhecimento.

Porém, há um detalhe muito importante. Nós estamos verificando que diante do desafio há necessidade de administrar, de envolver com a geração do fato, parece-me que o que está ficando perfeitamente identificado é uma certa dificuldade, um certo descompasso, até mesmo uma dificuldade de conciliação, no que se refere às propostas partidárias, as teorias de campanha, a fala de palanque com o interesse evidente e até mesmo natural da manutenção, melhor dizendo, de determinadas regras, normas e até leis.

O que nós estamos verificando assim, por outros fatos já ocorridos, é que já é uma atitude assim legalista, preservando certas normas. Nesse caso, por exemplo, já destaquei e acho realmente uma medida salutar que a comunidade envolvida participe da escolha de seus dirigentes.

Mas, nesses casos de escola não há meio termo, ou se faz ou não se faz. A lista tríplice, sêxtupla, ou quántupla, ela ganha em significado quando um determinado segmento da comunidade escolar, por exemplo, um conselho universitário no caso de instituições maiores, um conselho representado pelos integrantes.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas comunica ao orador que se encontra na

tribuna que o seu tempo está esgotado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado.—  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA:

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, convocando os Srs. Deputados membros da CCJ, para a reunião de instalação da referida Comissão.

A Mesa encarece dos Srs. Deputados membros da CCJ, o comparecimento, no dia 19 de abril, às 10:00 horas, na Sala das Comissões.

Expediente firmado pelo Sr. Rubens Bueno, na qualidade de Líder do PMDB em exercício, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito das Demissões, requerida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/83, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade, da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova a prestação de contas do Governador do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1981.— Em discussão.

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo único — São aprovadas as contas do Governador do Estado, apresentadas através do Balanço Geral, referente ao exercício financeiro de 1981.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente;

FRANCISCO ESCORSIN, Relator.

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO N.º 72/82

Ofício n.º 836/82, do Tribunal de Contas, encaminhando a prestação de contas do Governo do Estado, referente ao exercício financeiro de 1981.

Acompanham o expediente em apreço, os seis volumes constituídos de documentos relativos às contas prestadas.

O egrégio Tribunal de Contas, através da Resolução n.º 2.423/82, de 29 de junho de 1982, aprovou o parecer prévio do relator, exarado no sentido igualmente da aprovação das referidas contas.

Portanto, sob o aspecto técnico, a matéria recebeu plena anuência do órgão especializado.

Compulsando o processo, inclusive os pareceres de natureza contábil, fiquei absolutamente convencido da lisura e da legalidade com que o Governo administrou o orçamento e, em geral, as finanças do Estado, durante o exercício de 1981.

Dessa formá, o parecer é favorável, ou seja, pela aprovação das contas ora analisadas, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de dezembro de 1982.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Presidente;

ADALBERTO DAROS, Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Artagão de Mattos Leão e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão por vinte

sessões.— Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — Antes da verificação de votação, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 29 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para deliberações, somente para prosseguimento da sessão.

Encerrada a discussão do Projeto de Resolução n.º 02/83.

Esta Presidência leva ao conhecimento dos Srs. Deputados o artigo 110, do nosso Regimento Interno, em seu § único, que diz:

"Os requerimentos de adiamento que não forem votados imediatamente por falta de número, ficarão prejudicados".

Este projeto irá à votação na sessão de segunda-feira e se algum Deputado desejar a sua retirada de pauta, deverá fazer um segundo requerimento, na segunda discussão.

Esta Presidência tem o prazer de anunciar as presenças, em plenário, do Sr. Deputado Federal Olivir Gabardo, Presidente do PMDB do Paraná, e do Vereador por Curitiba, Sr. Emílio Mauro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Cordeiro, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento ocorrido no Município de Rancho Alegre, do Sr. João Moreira.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando um voto de profundo pesar pelo falecimento da grande figura Dirceu Graeser, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Dirceu Graeser.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando que seja inserido na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento do jornalista Dirceu Graeser.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando que se envie expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido que o mesmo estabeleça normas, para que o município seja ouvido quando da avaliação de imóveis para efeito do cálculo da CISA.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputado Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando que se envie expediente ao Presidente da SANEPAR, para que o mesmo envie esforços, no sentido de ser ampliada a rede de água, em diversos setores do Município de Ubatuba.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputado Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e Presidente da COPASA para a construção de armazém do referido órgão,

na cidade de Barbosa Ferraz.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando que se envie expediente ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem para o envio de ofícios, no sentido de se instalar um telefone no Posto da Polícia Rodoviária de Ubiratã.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, para que envie as informações referentes às verbas destinadas ao Município de Corbélia, através da extinta Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior para que determine à Copel, estudos técnicos, para apurar as causas das enchentes do Rio Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando que seja consignado na Ata da Sessão de hoje, um voto de louvor ao paranaense Desembargador Jorge Andriguetto, por receber a "Cruz do Mérito Judiciário", na Capital do Estado de São Paulo.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando que seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, o pedido de informações para os quesitos: quanto foi gasto na reforma da residência localizada no bairro do Batel da agência do Banco do Estado do Paraná S/A, e se foi adquirida pelo estabelecimento bancário ou pertence a terceiros.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando que seja enviado aos Ministros do Planejamento e aos da área Econômica, para que concedam vantagens de ordem fiscal às Prefeituras que pretendem renovar ou que necessitam ampliar sua frota de veículos, desde que movidos a álcool.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando que seja oficiado às autoridades da Área Econômica, a nível de Ministério da República, para que instituem amplo e substancial apoio financeiro aos municípios do Paraná que não se encontram em condições de reerguimento do caos financeiro em que se debatem.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando um voto de louvor ao paranaense Desembargador Jorge Andriguetto, por receber a "Cruz do Mérito Judiciário", na Capital do Estado de São Paulo.— Encerrada a discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pediria que fosse feita a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa que a chamada nominal já foi efetuada e constatada a insuficiência de número dos Srs. Deputados, para deliberação. Nós estamos apenas colocando em discussão os requerimentos que dependem de "quorum" para serem aprovados.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Acontece que respondi a chamada e não consta a minha presença na chamada da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência quer nova chamada nominal?

O SR. CAÍTO QUINTANA — Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência atende e solicita ao Sr. 1º Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados.  
O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada, 33 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberações. Com base no art. 84, § 2º do Regimento Interno, as matérias pendentes de votação e que foram anunciadas pela Mesa, retornam para serem apreciadas e votadas.

De acordo com o Regimento Interno, está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão e Nilso Sguarezi, que requerem, com base no Regimento Interno, adiamento da discussão por vinte sessões, para o Projeto de Resolução nº 2/83, constante da Ordem do Dia, de hoje. Em votação o requerimento.— Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Requeiro verificação de votação.

A Presidência atende e irá proceder a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados, que se mantenham em suas bancadas, para procedermos a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

17 Srs. Deputados o aprovam; 07 Srs. Deputados o rejeitam.— Não há "quorum" para deliberação, apenas para o prosseguimento da sessão.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — Sr. Presidente, a Bancada do PMDB solicita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente defere, e o Sr. 1º Secretário procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 31 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.— Em votação o requerimento de Artagão de Mattos Leão e Nilso Sguarezi. Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer como estão.— Aprovado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 20 Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 20 Srs. Deputados o aprovam. 6 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

Fica encerrada a 1a. discussão do Projeto de Lei 12/83 que voltará à Ordem do Dia, na fase de votação, na próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente às Lideranças dos Partidos Políticos nas Assembléias, em todos os Estados do País e Lideranças dos Partidos com assento no Congresso Nacional, no sentido de que manifestem o seu mais irrestrito apoio, à realização de eleições diretas à Presidência da República.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, com a finalidade de solicitar àquela autoridade administrativa, sejam enviados todos os esforços no sentido de, no Município de Engenheiro Beltrão, evitar-se a construção do novo terminal rodoviário, em local diverso do já existente.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Sr. Presidente da Cafés do Paraná, do montante de dívidas pendentes, os motivos da não execução, montante de duplicatas vencidas de compradores de sementes e assistência mecanizada; especificar montante de cheques sem

cobertura no ano de 82, e especificar montante da dívida do Sr. Antônio Ueno, proveniente de que, e por que não foi saldada.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo que as cidades de Cambé e Ibiporã sejam elevadas à categoria de Entrância Intermediária.— **Encerrada a discussão.**

Esta Presidência anuncia a presença, em plenário, do Deputado Federal e ex-Deputado Estadual, Renato Bernardi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 02/83.

Levanta-se a sessão.